



TOMADA DE PREÇOS NACIONAL

NF 1548-11

**DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS
COMPUTACIONAIS**

CADERNO DE BASES E CONDIÇÕES

DIRETORIA FINANCEIRA

ÍNDICE

	PÁG. Nº
CAPÍTULO I	
DAS INSTRUÇÕES GERAIS	1
1.1 ASPECTOS JURÍDICOS.....	1
1.2 ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS	1
1.3 CONSULTA, RESPOSTA E ADITAMENTO.....	1
1.4 DILIGÊNCIA	2
1.5 FORMA DE COMUNICAÇÃO	2
1.6 RESTRIÇÕES	2
1.7 REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO	3
1.8 IMPUGNAÇÃO	3
 CAPÍTULO II	
DAS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS.....	4
2.1 MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO, REGIME E PRAZO DE EXECUÇÃO	4
2.2 FINALIDADE E OBJETO.....	4
2.3 CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO.....	4
2.4 APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO.....	5
2.5 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL.....	7
2.6 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL	7
2.7 RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA COMERCIAL	8
2.8 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES.....	9
2.9 ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL	10
2.10 JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS.....	10
2.11 RESULTADO DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS.....	11
2.12 RECURSO ADMINISTRATIVO	11
2.13 ASSINATURA DO CONTRATO	12
2.14 DEVOLUÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL	12
2.15 DOCUMENTOS INTEGRANTES	12

CAPÍTULO I DAS INSTRUÇÕES GERAIS

1.1 ASPECTOS JURÍDICOS

1.1.1 Natureza Jurídica da ITAIPU

A ITAIPU é entidade binacional de direito internacional público, instituída pelo Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai em 26 de abril de 1973, o qual foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 23, de 22 de maio de 1973 (Diário do Congresso Nacional, de 01.06.73, p. 1659) e promulgado pelo Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973 (Diário Oficial de 30.08.73, p. 8642/6).

1.1.2 Característica da Licitação

Na forma do Tratado celebrado entre o Brasil e o Paraguai em 26/4/73, a presente licitação será regida pela Norma Geral de Licitação - NGL da ITAIPU, aplicando-se, no que couber, a legislação brasileira.

1.2 ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS

1.2.1 As proponentes deverão considerar na formulação de suas propostas as isenções tributárias concedidas pelo artigo XII do Tratado de ITAIPU, que criou e rege esta entidade binacional, e, em matéria tributária, tem os efeitos previstos no artigo 98 do Código Tributário Nacional. Referidas isenções abrangem todos os tributos que tenham como fato gerador e incidam sobre as operações em que a ITAIPU é parte, relativas a bens e serviços que sejam por ela adquiridos ou consumidos, compreendendo:

- ISS
- ICMS
- IPI
- Imposto de Importação
- COFINS
- PIS-PASEP

Observação: O contido neste item tem caráter informativo geral; os aspectos tributários específicos das propostas são de responsabilidade exclusiva das proponentes, sendo recomendável assessoria especializada.

1.3 CONSULTA, RESPOSTA E ADITAMENTO

1.3.1 Observado o Calendário de Eventos da Licitação, Anexo I:

- a) a proponente poderá formular consulta sobre este Caderno de Bases e Condições;

- b) a ITAIPU encaminhará a consulta com a sua resposta a todas as proponentes. A resposta constituirá aditamento a este Caderno de Bases e Condições.

1.3.2 A ITAIPU poderá, por meio da Superintendência de Compras, aditar este Caderno de Bases e Condições, mediante publicação na imprensa ou pelos meios indicados em 1.5 destas Instruções.

1.3.3 O aditamento prevalece sempre em relação ao aditado.

1.4 DILIGÊNCIA

Em qualquer fase do procedimento licitatório, a ITAIPU, por meio da Superintendência de Compras, poderá diligenciar no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir que sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, fixando o prazo para a resposta. Ressalvado o disposto em 2.4.1.1, fica vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

1.5 FORMA DE COMUNICAÇÃO

1.5.1 A comunicação entre a ITAIPU e a proponente far-se-á mediante ata, carta ou fac-símile, com confirmação de recebimento e, também, pela Internet para as proponentes que utilizam esta forma de comunicação.

1.5.1.1 A ITAIPU colocará à disposição na Internet, no site www.itaipu.gov.br, as informações desta licitação até a formulação de aditamento, se houver, ficando sob responsabilidade da proponente o acompanhamento do processo.

1.5.2 Os resultados dos julgamentos da habilitação e da proposta comercial serão comunicados por meio da Superintendência de Compras a todas as proponentes.

1.6 RESTRIÇÕES

1.6.1 Não poderá participar desta licitação nem contratar com a ITAIPU:

- a) aquele que estiver sob regime falimentar ou de insolvência civil;
- b) aquele que for considerado inadimplente e/ou inidôneo perante a própria ITAIPU, ANDE ou ELETROBRÁS e suas subsidiárias;
 - considera-se inidônea aquela pessoa física ou jurídica que tenha sofrido condenação definitiva por praticar fraude no recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições sociais e tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; e inadimplente, aquela que tenha cometido infrações contratuais, causando prejuízo à ITAIPU, ANDE ou ELETROBRÁS e suas subsidiárias.

- c) empresa fornecedora de propriedade de conselheiros, diretores e empregados da ITAIPU, seus irmãos, seus respectivos cônjuges, ascendentes e descendentes, até o primeiro grau de consangüinidade e afinidade, assim como pessoal cedido à ITAIPU;
- d) empresa fornecedora em que conselheiros, diretores e empregados da ITAIPU exerçam funções de direção ou administração, exceto entidades sem fins lucrativos.

1.6.2 A proponente adjudicatária não poderá subcontratar com outra proponente que participar desta licitação.

1.7 REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

A ITAIPU poderá revogar ou anular esta licitação, em qualquer etapa do processo, restituindo à proponente, em caso de anulação, o valor pago pela aquisição deste Caderno de Bases e Condições.

1.8 IMPUGNAÇÃO

1.8.1 Qualquer pessoa interessada é parte legítima para impugnar o presente Caderno de Bases e Condições, devendo observar, sob pena de preclusão, os seguintes prazos, que se contarão em dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de entrega dos envelopes contendo a documentação para a habilitação e a proposta comercial:

- a) até 5 (cinco) dias úteis, quando apresentada por cidadão;
- b) até 2 (dois) dias úteis, quando apresentada por fornecedor.

1.8.2 A impugnação, que não terá efeito recursal, feita tempestivamente por fornecedor não o impedirá de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

1.8.3 O endereço para protocolar a impugnação consta do Calendário de Eventos da Licitação, Anexo I deste Caderno de Bases e Condições.

1.9 VISITA AO LOCAL

1.9.1 A proponente, às suas expensas, poderá visitar o local da prestação do serviço objeto desta licitação.

1.9.2 A proponente deverá agendar a visita no período e horário fixados no Calendário de Eventos da Licitação, Anexo I.

1.9.3 A opção de não realizar a visita implica presunção do pleno conhecimento dos locais e condições em que serão realizados os serviços objeto desta licitação.

CAPÍTULO II DAS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

2.1 MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO, REGIME E PRAZO DE EXECUÇÃO

- a) Modalidade: Tomada de Preços
- b) Tipo: menor preço
- c) Regime de execução: preço unitário
- d) Prazo de execução: 24 (vinte e quatro) meses

2.2 FINALIDADE E OBJETO

Selecionar a proposta comercial mais vantajosa para os serviços técnicos para desenvolvimento e manutenção de sistemas nos ambientes tecnológicos utilizados pela Diretoria de Coordenação, de acordo com as Especificações Técnicas, Anexo II deste Caderno de Bases e Condições, com a seguinte abrangência:

- Desenvolvimento/Manutenção de sistemas computacionais, segundo metodologia, arquitetura, frameworks e padrões definidos pela ITAIPU;
- Desenvolvimento e manutenção de interfaces e documentação, em espanhol e português, quando exigidos ambos os idiomas;
- Customização de código para melhoria ou correção de aplicativos;
- Documentação e desenvolvimento de especificações técnicas de sistemas conforme padrões definidos pela ITAIPU.

2.3 CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

2.3.1 Poderá participar desta licitação empresa isolada, cujo ramo de negócio, definido em seus atos constitutivos, for pertinente ao objeto desta licitação, e que estiver inscrita no Cadastro de Fornecedores da ITAIPU, na modalidade de Cadastro Completo, em quaisquer dos seguintes códigos:

CÓDIGOS	DESCRIÇÃO
6206	Área de Informática
620603	Informática – desenvolvimento de software multimídia
620604	Informática – desenvolvimento e manutenção de sistemas
620605	Informática – programas fechados (software)

2.3.2 O Certificado de Registro Cadastral (CRC) deverá estar vigente na data de entrega da proposta comercial.

2.3.3 A empresa não inscrita ou inscrita na condição de Cadastramento Simplificado, ou com CRC desatualizado, deverá apresentar a documentação exigida para cadastramento no

endereço e, preferencialmente, no prazo indicado no Calendário de Eventos, Anexo I deste Caderno.

2.3.3.1 A empresa interessada em obter o cadastro e que apresentar documentação após a data fixada no calendário de eventos, assume a responsabilidade, em caso de inabilitação, pela ausência de análise dessa documentação e/ou pela falta de lançamento do seu cadastro no sistema eletrônico até a data estabelecida para a sessão pública de recebimento das propostas.

2.3.3.2 Os interessados poderão informar-se sobre a documentação necessária no site www.itaipu.gov.br (canal de fornecedores – cadastro de fornecedores) ou na própria ITAIPU, no endereço constante do Anexo I deste Caderno de Bases e Condições.

2.3.3.3 O Cadastro de Fornecedores da ITAIPU comunicará no prazo estabelecido no Calendário de Eventos da Licitação, Anexo I, sobre a regularidade ou não da documentação apresentada.

2.3.3.4 No pedido de inscrição cadastral, a empresa não cadastrada ou com cadastro irregular, deverá manifestar seu interesse em participar desta licitação, a fim de que o Cadastro de Fornecedores da ITAIPU possa realizar a análise tempestiva da documentação.

2.3.4 Nesta licitação é vedada a participação de empresas na forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.3.5 A participação da proponente neste certame implica manifestação tácita de que:

- a) respeita a legislação que lhe é aplicável quanto à contratação de menores;
- b) não lhe afeta nenhuma das condições impeditivas para a contratação com a ITAIPU, conforme relacionadas no item 1.6 deste edital.

2.4 APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

2.4.1 A PROPONENTE deverá apresentar, concomitantemente com a proposta comercial, a seguinte documentação para habilitação:

- a) Certificado de Registro Cadastral (CRC), emitido pelo Cadastro de Fornecedores da ITAIPU, na modalidade Cadastro Completo, com o(s) código(s) de enquadramento(s) de acordo com o estabelecido em 2.3.1;
- b) Atestado(s) ou certificado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, para a(s) qual(is) a proponente tenha desenvolvido, no mínimo, 13.000 horas ou 1.200 pontos de função em projetos de desenvolvimento de sistemas em JAVA, versão 1.4 ou superior;
- c) Atestado(s) ou certificado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, para a(s) qual(is) a proponente tenha desenvolvido, no mínimo, 3.000 horas ou 300 pontos de função em projetos de desenvolvimento de sistemas em PHP, versão 5.x ou superior;

- d) Atestado(s) ou certificado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, para a(s) qual(is) a proponente tenha desenvolvido, no mínimo, 16.000 horas ou 1.500 pontos de função em projetos de desenvolvimento de sistemas através da metodologia RUP.

Admitir-se-á o somatório de atestados ou certificados para comprovação da quantidade mínima requerida, inclusive quanto à proporção de 1 PF = 11Hxh (um ponto de função equivalente a 11 horas homem).

2.4.1.2 A não apresentação do CRC conforme relacionado no item 2.4.1, letra "a", ou mesmo sua apresentação com o prazo de vigência expirado, ou ainda com ausência do(s) código(s) de enquadramento(s) exigido(s) em 2.3.1, facultará ITAIPU, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações e Negociação, realizar diligência mediante consulta aos dados cadastrais da proponente no Cadastro de Fornecedores de ITAIPU para fins de análise e comprovação da sua conformidade.

2.4.1.3 A consulta dar-se-á por meio de sistema informatizado próprio da ITAIPU que estará disponível para o acesso, com vista franqueada aos interessados, na própria sessão pública de recepção dos invólucros.

2.4.1.4 Constatada a regularidade cadastral do fornecedor interessado, na vigência e no(s) enquadramento(s) exigido(s), dar-se-á como tendo sido validamente apresentado o CRC para fins de habilitação nesta licitação, do contrário, ter-se-á como tendo incorrido a PROPONENTE em falha documental insanável.

2.4.2 A documentação para a habilitação deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) em duas vias, sendo uma constituída de original ou de cópia autenticada, com exceção do CRC), que por ser documento emitido por ITAIPU, poderá ser apresentado em forma de cópia simples;
- b) todas as folhas (de cada uma das vias) deverão ser numeradas sequencialmente, assinada a última e rubricadas as demais;
- c) em invólucro fechado e indevassável, contendo na sua parte externa a seguinte identificação:

INVÓLUCRO "A"
DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS NACIONAL
NF 1548-11

PROponente: _____

Endereço: _____

2.4.3 Em nenhuma hipótese serão autenticadas pela Comissão de Recepção da ITAIPU fotocópias ou quaisquer outras reproduções de documentos, ainda que exibidas pela PROPONENTE as respectivas vias originais.

2.5 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

2.5.1 A proposta comercial atenderá aos seguintes requisitos:

- a) expressa em planilha, de acordo com o modelo do Anexo III, datilografada ou emitida por meio de editor de texto ou escrita com tinta indelével, em valores básicos referentes ao mês da data estabelecida para a sua entrega;
- b) com a cotação de preços por item e total, em real (R\$);
- c) com prazo de validade de 90 (noventa) dias corridos contados da data estabelecida para a sua entrega;
- d) ser redigida em português;
- e) não conter emenda, entrelinha, rasura, borrão, observação nem condicionante.

2.5.2 O fornecedor interessado deverá considerar nos preços ofertados:

- a) o pleno atendimento aos requisitos constantes das Especificações Técnicas, Anexo II;
- b) a forma de pagamento, o prazo de execução dos serviços e demais requisitos estabelecidos na Minuta de Contrato, Anexo V;
- c) as isenções tributárias estabelecidas neste Caderno de Bases e Condições;
- d) todos os custos, de qualquer natureza, incorríveis para a conclusão dos serviços.

2.5.3 Não será aceita proposta comercial alternativa.

2.6 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

A proposta comercial deverá ser apresentada atendendo aos seguintes requisitos:

- a) em 2 (duas) vias, uma original e a outra poderá ser cópia simples;
- b) todas as folhas de cada uma das vias deverão ser numeradas sequencialmente, assinada a última e rubricadas as demais;
- c) em invólucro fechado e indevassável, contendo na sua parte externa a seguinte identificação:

INVÓLUCRO "B"

PROPOSTA COMERCIAL

TOMADA DE PREÇOS NACIONAL NF 1548-11

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

2.7 RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA COMERCIAL

2.7.1 Os invólucros "A" e "B" somente serão recebidos pela Comissão de Recepção da ITAIPU na sessão pública a ser realizada para esse fim, na data, horário e local estabelecidos no Calendário de Eventos da Licitação, Anexo I.

2.7.1.1 Após o prazo fixado no Calendário de Eventos, não se aceitará a participação de retardatária, a não ser como ouvinte.

2.7.2 A proponente deverá se apresentar por meio de representante, devidamente credenciado por instrumento público ou particular de procuração. Em se tratando de sócio, proprietário ou administrador, este deverá apresentar o original ou cópia do registro comercial, do ato constitutivo, estatuto ou do contrato social. Em qualquer dos casos, deverá estar acompanhado de documento de identidade.

2.7.2.1 A não-apresentação do documento de credenciamento não implicará inabilitação da proponente, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela PROPONENTE.

2.7.3 A entrega dos invólucros implica aceitação integral, por parte da PROPONENTE, do estabelecido neste Caderno de Bases e Condições, seus anexos e aditamento (s).

2.7.4 Uma vez entregue a proposta comercial, a proponente somente poderá retirá-la mediante requerimento escrito dirigido à ITAIPU, antes da abertura do respectivo invólucro, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela ITAIPU.

2.7.5 Na sessão a que se refere o 2.7.1, será aberto o invólucro "A". Uma das vias da documentação será rubricada pelos representantes da ITAIPU e das PROPONENTES presentes, guardada em invólucro fechado e rubricado pelos representantes citados, ficando arquivada na Superintendência de Compras, consignando-se esta formalidade em ata.

2.7.6 A inobservância por parte da proponente do disposto em 2.4.1, alínea "a", poderá ser suprida por ITAIPU mediante diligência conforme previsto em 2.4.1.3 e 2.4.1.4, sendo o fato circunstancialmente registrado na ata pela Comissão de Recepção da ITAIPU.

2.7.7 Os invólucros "B" serão rubricados pelos representantes da ITAIPU e das PROPONENTES presentes, permanecendo fechados até a sessão pública a ser convocada para a sua abertura, conforme disposto em 2.9.

2.7.8 Ato seguido, a Comissão de Recepção da ITAIPU poderá:

- a) suspender momentaneamente a sessão pública e, neste caso, encaminhará a documentação para análise e julgamento nos termos do 2.8, que poderá ocorrer no mesmo recinto da sessão pública ou em outro separado, ou
- b) declarar encerrada a sessão pública de recebimento dos invólucros.

2.7.9 A sessão pública será documentada em ata circunstanciada, assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, na qual se registrarão todas as ocorrências havidas.

2.8 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES

2.8.1 O julgamento da documentação para a habilitação das PROPONENTES é de responsabilidade da Comissão Permanente de Licitações e Negociação.

2.8.2 A documentação para a habilitação deverá atender às exigências contidas neste Caderno de Bases e Condições, sendo que a inobservância, implicará inabilitação da proponente.

2.8.2.1 Ocorrendo a inabilitação de todas as PROPONENTES, é facultado à ITAIPU solicitar a apresentação de nova documentação, escoimadas das causas que implicaram inabilitação. O prazo para a apresentação, atendidos os requisitos exigidos em 2.4.2, é de 8 (oito) dias úteis contados da data da solicitação.

2.8.3 A Comissão Permanente de Licitações e Negociação, concluídos os trabalhos de verificação da conformidade da documentação para a habilitação, consignará em ata o resultado do julgamento e o encaminhará para divulgação na continuidade da sessão pública referida em 2.7.8, alínea “a” ou, conforme o caso, mediante comunicação nos termos do 1.5 deste Caderno de Bases e Condições.

2.8.4 Na hipótese de divulgação do resultado na continuidade da sessão pública referida em 2.7.8, a Comissão de Recepção, após declarar reaberta a sessão, prosseguirá com a leitura do resultado do julgamento da fase de habilitação, propondo, em seguida, às PROPONENTES renunciarem ao direito de interpor recurso.

2.8.4.1 Havendo a renúncia expressa ao direito de interpor recurso por parte de todas as proponentes, a Comissão de Recepção formalizará o ocorrido em ata e:

- a) coletará a assinatura de todos os representantes;
- b) promoverá a devolução dos invólucros, ainda indevassados, contendo as respectivas propostas comerciais, às PROPONENTES inabilitadas;
- c) abrirá, na mesma sessão pública, os invólucros contendo a proposta comercial das proponentes habilitadas, procedendo-se, a seguir, conforme disposto em 2.9.

2.8.4.2 Não havendo a renúncia ao direito de interpor recurso por qualquer das PROPONENTES, consignar-se-á em ata o ocorrido seguindo-se com a coleta das assinaturas dos representantes presentes, dando-se por encerrada a sessão pública, abrindo-se o prazo para a interposição de recurso. A Superintendência de Compras convocará nova sessão pública indicando o local, a data e o horário para a abertura da proposta comercial.

2.8.5 A inabilitação de proponente implica preclusão do seu direito de participar da fase subsequente de julgamento da proposta comercial.

2.8.6 Com a divulgação do resultado da fase de habilitação e não havendo recursos, ou em havendo, após seu processamento conforme disposto em 2.12, encerra-se a fase de habilitação.

2.8.7 Havendo superveniência de fato impeditivo da habilitação, fica a PROPONENTE obrigada a declará-lo sob as penalidades legais cabíveis.

2.9 ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL

Na sessão pública de abertura das propostas comerciais, observar-se-á o seguinte procedimento:

- a) abrem-se os invólucros "B" e ato contínuo os representantes da ITAIPU e das PROPONENTES presentes rubricarão todas as propostas comerciais;
- b) abre-se às PROPONENTES a oportunidade de suprir a eventual falta de numeração seqüencial e rubrica, conforme exigido em 2.6, alínea "b";
- c) uma via de cada proposta comercial será guardada em invólucro fechado e rubricado pelos representantes citados, ficando arquivada na Superintendência de Compras;
- d) registram-se todas as ocorrências havidas nessa sessão pública, bem como o valor total de cada proposta comercial, em ata circunstanciada com a assinatura de todos os representantes presentes.

2.10 JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

2.10.1 O julgamento e a classificação das propostas comerciais são de responsabilidade da Comissão Permanente de Licitações e Negociação.

2.10.2 Classificadas as propostas comerciais, por ordem crescente dos preços ofertados, será considerada vencedora a proponente que, tendo atendido às exigências deste Caderno de Bases e Condições, apresentar a proposta comercial de menor preço total.

2.10.3 Não se considerará nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Caderno de Bases e Condições, nem preço ou vantagem baseada nas propostas comerciais das demais PROPONENTES.

2.10.4 Em caso de constatar-se erro de cálculo entre os preços unitário e total da Proposta Comercial, prevalecerá, para todos os efeitos, o preço unitário, podendo a ITAIPU proceder às correções necessárias.

2.10.5 Para o desempate de propostas comerciais de preços iguais realizar-se-á sorteio público, sendo que a modalidade será definida pela Comissão Permanente de Licitações e Negociação.

2.10.6 A ITAIPU desclassificará a proposta comercial:

- a) que não atender às exigências deste Caderno de Bases e Condições; ou
- b) com preço excessivo ou manifestamente inexequível.

2.10.6.1 A ITAIPU, antes de desclassificar a proposta comercial por preço inexequível, notificará a proponente para que apresente, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação, a composição de custo para verificação da compatibilidade do preço proposto com os de mercado.

2.10.7 Se todas as propostas comerciais forem desclassificadas, é facultado à ITAIPU solicitar a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que implicaram desclassificação. O prazo para a apresentação das novas propostas, atendidos os requisitos exigidos em 2.5.1, é de 8 (oito) dias úteis contados da data da solicitação.

2.11 RESULTADO DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

2.11.1 Concluída a fase de julgamento e classificação das propostas, a Comissão Permanente de Licitações e Negociação submeterá o relatório para deliberação da autoridade competente da ITAIPU.

2.11.2 Após a deliberação pela autoridade competente, a ITAIPU comunicará o resultado da fase de julgamento e classificação das propostas a todas as PROPONENTES, na forma estabelecida em 1.5.

2.11.3 Com a divulgação do resultado final da licitação e não havendo recursos, ou em havendo, após seu processamento conforme disposto em 2.12, encerra-se a fase de julgamento das propostas.

2.12 RECURSO ADMINISTRATIVO

2.12.1 Das decisões proferidas nesta licitação quanto à habilitação, inabilitação, julgamento das propostas, revogação ou anulação da licitação, caberá recurso, com efeito suspensivo e em única instância, desde que interposto no prazo de cinco dias úteis contados da data de recebimento da respectiva comunicação, sob pena de preclusão.

2.12.2 Os interessados, desde que requeiram por escrito, dentro do prazo estabelecido em 2.12.1, terão direito de vista ao processo licitatório, bastando para tanto requerer no endereço indicado no Calendário de Eventos da Licitação, Anexo I.

2.12.3 Nenhum prazo correrá sem que o processo esteja com vista franqueada.

2.12.4 O recurso deverá ser protocolizado na Superintendência de Compras, no endereço mencionado no Calendário de Eventos da Licitação, Anexo I.

2.12.5 Interposto o recurso, dar-se-á conhecimento de seus termos às demais PROPONENTES, que poderão oferecer contrarrazões no prazo de cinco dias úteis a contar do recebimento da respectiva comunicação.

2.12.6 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

2.12.7 Os prazos aqui referidos só iniciam e vencem nos dias úteis para ITAIPU, no lugar de entrega das propostas.

2.12.8 A ITAIPU comunicará a todas as PROPONENTES o resultado do julgamento do recurso administrativo interposto.

2.13 ASSINATURA DO CONTRATO

2.13.1 A ITAIPU poderá convocar a proponente vencedora desta licitação para assinar o respectivo contrato, dando-se-lhe prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da respectiva comunicação.

2.13.1.1 Este prazo poderá ser prorrogado por igual período desde que a vencedora tenha seu pedido de prorrogação justificado e aceito pela ITAIPU.

2.13.2 Na hipótese da vencedora desta licitação não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas neste Caderno de Bases e Condições, a ITAIPU suspenderá a proponente do seu Cadastro de Fornecedores pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

2.13.3 Ocorrendo a hipótese prevista em 2.13.2, a ITAIPU, a seu exclusivo critério, poderá:

- a) convocar as PROPONENTES remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato nas mesmas condições e preços da primeira classificada; ou
- b) revogar esta licitação.

2.13.4 Até a assinatura do contrato, a ITAIPU poderá desconsiderar a proposta da proponente vencedora se tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento, procedendo, por consequência, conforme o disposto em 2.13.3.

2.14 DEVOLUÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

2.14.1 O invólucro “B” da proponente declarada inabilitada será devolvido, ainda indevassado, diretamente à proponente ou, na sua ausência, pelo correio.

2.15 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.15.1 Os seguintes documentos integram este Caderno de Bases e Condições:

- ANEXO I Calendário de Eventos da Licitação
- ANEXO II Especificações Técnicas
- ANEXO III Planilha de Preços

ANEXO IV	Orçamento Estimado
ANEXO V	Minuta de Contrato
ANEXO VI	Calendário de Feriados
ANEXO VII	Diretrizes para a Segurança e Saúde no Trabalho

ELABORAÇÃO: Divisão de Suporte Técnico – INS 005/12

APROVAÇÃO:

Superintendência de Compras
Diretoria Financeira

Departamento de Licitações e Contratos
Diretoria Jurídica

Superintendência de Informática
Diretoria Geral